

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia, compreendendo o levantamento arquitetônico de edificações, com a elaboração de desenhos técnicos, incluindo planta baixa, cortes e fachadas, bem como a elaboração de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2025, apresentada por Alexandre Pereira, Técnico Industrial em Edificações, registrado no CRT-MG, na qual sustenta, em síntese, que as exigências constantes das cláusulas 7.5.2 e 7.5.3 do edital restringem indevidamente a participação de técnicos industriais legalmente habilitados, em afronta às Leis nº 5.524/1968 e nº 13.639/2018, ao Decreto nº 90.922/1985 e às resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

Requer, ao final, a adequação do edital para contemplar, além do CREA, os profissionais e empresas registrados no CRT, observadas as atribuições legais.

É o relatório em síntese apertada.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Da redação literal das cláusulas editalícias impugnadas

O edital estabelece, no item 7.5, os documentos exigidos para fins de qualificação técnica, dispondo:

- 7.5.1 – comprovação de aptidão mediante atestado de capacidade técnica compatível com o objeto;
- 7.5.2 – exigência de comprovante de registro da sociedade empresária no CREA, com jurisdição no Estado onde estiver sediada;

- 7.5.3 – comprovação de que o licitante possui em seu corpo técnico profissional de nível superior engenheiro, reconhecido pelo CREA.

Da leitura conjunta e literal desses dispositivos, constata-se que a Administração não se limitou à exigência de experiência técnica, mas condicionou a habilitação ao atendimento cumulativo de requisitos vinculados exclusivamente ao CREA.

II.2 – Da pertinência dos argumentos apresentados na impugnação

A impugnação apresentada não se funda em presunções abstratas, mas ataca diretamente exigências expressas do edital, notadamente aquelas constantes dos subitens 7.5.2 e 7.5.3, que:

- exigem registro da empresa no CREA; e
- exigem profissional de nível superior engenheiro como responsável técnico.

É fato que a legislação federal invocada pelo impugnante reconhece atribuições técnicas a profissionais de nível médio, desde que devidamente registrados no CFT/CRT, cabendo a esses profissionais a execução de determinados serviços técnicos, conforme limites legais e regulamentares.

Assim, quando o objeto da contratação não exigir, de forma necessária e exclusiva, a atuação de profissional engenheiro, a restrição imposta pelo edital pode resultar em limitação indevida à competitividade, contrariando os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa.

II.3 – Da ausência de demonstração de exclusividade técnica do objeto

No caso concreto, não consta do processo administrativo justificativa técnica específica demonstrando que:

- o objeto licitado constitui serviço exclusivo de engenharia; ou
- sua complexidade técnica exige necessariamente a atuação de profissional de nível superior engenheiro, com registro no CREA.

Na ausência dessa demonstração, a exigência contida nos subitens 7.5.2 e 7.5.3 mostra-se mais restritiva do que o necessário, na medida em que afasta,

de forma automática, profissionais e empresas que, embora legalmente habilitados, não se enquadram na vinculação exclusiva ao CREA.

II.4 – Da necessidade de adequação do edital

Diante desse contexto, revela-se juridicamente recomendável o acolhimento parcial da impugnação, com vistas a:

- preservar a competitividade do certame;
- adequar as exigências de qualificação técnica à legislação profissional vigente;
- evitar risco de questionamento futuro pelos órgãos de controle.

A adequação do edital pode se dar, por exemplo, mediante:

- flexibilização da exigência de registro exclusivamente no CREA, admitindo-se o CREA ou o CRT, conforme as atribuições legais aplicáveis ao objeto;
- adequação da exigência do responsável técnico, de modo a permitir profissionais legalmente habilitados, respeitados os limites de atuação previstos em lei.

Tal medida não compromete a segurança técnica da contratação, desde que mantida a exigência de atestado de capacidade técnica compatível, prevista no subitem 7.5.1.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINA-SE:

1. Pelo acolhimento parcial da impugnação apresentada, por restar caracterizada restrição objetiva à competitividade decorrente das exigências constantes dos subitens 7.5.2 e 7.5.3 do edital;
2. Pela necessidade de adequação do edital, de modo a compatibilizar as exigências de qualificação técnica com as atribuições legalmente conferidas aos profissionais e empresas registrados no CRT, sem prejuízo da exigência de aptidão técnica comprovada;

3. Pela manutenção do subitem 7.5.1, que exige atestado de capacidade técnica compatível com o objeto, por se tratar de critério objetivo, proporcional e adequado;
4. Pela republicação do edital, com reabertura dos prazos legais, caso promovidas as alterações;
5. A título de colaboração, segue sugestão de nova redação para as cláusulas 7.5.2 e 7.5.3:

“7.5.2. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no Conselho profissional competente, CREA ou CRT, conforme a natureza do objeto e as atribuições legalmente conferidas ao responsável técnico indicado, com jurisdição no Estado onde estiver sediada (matriz ou filial), válido na data limite para entrega da documentação e da proposta”.

“7.5.3. Comprovação de que o licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) legalmente habilitado(s) para a execução do objeto, engenheiro(s) ou técnico(s) industrial(is), devidamente registrado(s) no respectivo conselho profissional competente (CREA ou CRT), observadas as atribuições legais e regulamentares aplicáveis”.

É o parecer.

Bom Jardim de Minas, em 02 de fevereiro de 2026.

Wladimir de Oliveira Andrade

OAB/MG 57.629